

Renata Flávia Silva Nogueira

O lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2010

Renata Flávia Silva Nogueira

O lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. José Ângelo Gariglio.

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2010



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Monografia de Graduação intitulada “*O lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física*”, de autoria de Renata Flávia Silva Nogueira, como requisito parcial a obtenção do título de Licenciatura em educação física.

Prof. Dr. José Ângelo Gariglio– Orientador
Depto de Educação Física/Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional/UFMG

Profa. Dra. Ivana Montandon Soares Aleixo
Depto de Esportes/ Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia
Ocupacional/UFMG

Belo Horizonte,

Resumo:

O objetivo deste estudo foi analisar o lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física. Para tanto, foi eleito a técnica de coleta de dados como instrumento de pesquisa: análise documental e a entrevista, realizada a oito professores do Instituto Público de ensino. As informações obtidas por meio das entrevistas foram organizadas em três eixos: “A instituição pública e as aulas de educação especial”, “Os professores da Instituição Pública de Ensino e a educação especial”, “O currículo da instituição pública e a formação para a educação especial”. Os resultados indicam que os professores desta instituição apresentam dificuldades para tratar o tema da educação especial em suas aulas. Portanto, poderá ser necessária a contratação de professores para as instituições superiores que assim como o “Instituto Público de Ensino” necessitam formar professores aptos ao trabalho docente com pessoas com deficiência no ensino regular.

Palavras- Chave: pessoas com deficiência; educação especial; educação física.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	7
2.1. Educação Especial.....	7
2.2. Formação de Professores.....	9
2.3. Educação Física e Pessoas com deficiência.....	11
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	13
3.1. O estudo de caso do tipo qualitativo.....	13
3.2. Os sujeitos da pesquisa.....	14
3.3. O lugar da pesquisa.....	15
3.4. Procedimentos.....	15
4. ANÁLISE DE DADOS.....	16
4.1. A instituição pública e as aulas de educação especial.....	16
4.2 Os Professores da Instituição Pública de Ensino e a educação especial.....	21
4.3 O currículo da instituição pública e a formação para a educação especial.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICES.....	36
Apêndice I.....	36
Apêndice II.....	38

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar o curso de educação física na UFMG¹ não conhecia as possibilidades de atividades físicas para pessoas com deficiência (PD). No terceiro período pude cursar a primeira disciplina que tratava do assunto, Teoria da atividade física adaptada. A disciplina abrangeu conteúdos gerais a respeito de várias deficiências como cegueira, transtorno déficit de atenção, lesão medular e outras. E também apresentava algumas atividades adaptadas à realidade de PD, e maneiras de identificar tais deficiências através de sintomas e outros. Após ter terminado essa disciplina, eu fiquei muito motivada a buscar mais conhecimento sobre o tema. Então, decidi cursar uma disciplina optativa de reabilitação para PD e também tive a oportunidade de participar de dois cursos² realizados na EEFFTO³, promovido pelo CEPODE⁴. A disciplina de reabilitação para PD tratava de conteúdos como treinamento de força, resistência e outros, leituras de artigos e apresentação de trabalhos relacionados ao tema da disciplina. Os outros dois cursos apresentavam uma parte teórica sobre algumas deficiências e outra prática, com atividades possíveis de serem realizadas por PD.

Através da minha participação como monitora voluntária dos projetos⁵ de extensão realizada na EEFFTO/UFMG, tive o meu primeiro contato com atividades físicas para PD. Neste projeto, embora destinadas à prática do bacharel em educação física, pude experimentar algumas possibilidades de atividades voltadas para essas pessoas. A maior parte das atividades ocorria na sala de musculação da EEFFTO/UFMG e esses compreendiam exercícios de musculação como abdução da coxa e outros, sendo todas adaptadas a realidade de cada aluno. O que me chamou atenção neste projeto foi o relato de pessoas que se sentiram acolhidas e apresentaram mais disposição para enfrentar suas deficiências depois que começaram a

1 Universidade Federal de Minas Gerais

2 Atividade física para asmático e alérgico

Dança em cadeira de rodas

3 Escola de Educação física Fisioterapia e Terapia ocupacional

4 Centro de Estudos do Esporte para Portadores de Deficiência

5 Esporte Aplicado à Reabilitação de Deficientes Físicos

Musculação e Atividade Física para Reabilitação

realizar as atividades de musculação junto com outras PD. Lembro de pessoas que, segundo suas famílias, melhoraram em diversos aspectos, tanto físicos quanto psicológicos.

Ao optar por fazer licenciatura em educação física, continuei o meu trabalho no projeto até o seu fim. Desde então, busquei estudar e conhecer os aspectos da inclusão no ambiente escolar. A partir desse momento surgiram muitas dúvidas sobre esse processo, principalmente sobre as questões que se referem à formação do professor de educação física na licenciatura. Qual seria o lugar da educação especial no currículo de licenciatura em educação física? Seria a falta de informação dos professores o grande problema da inclusão na escola? Os Professores de educação física na escola estão preparados para receber alunos com deficiência? A escola está preparada para o acolhimento dos alunos com deficiência? As universidades formam profissionais aptos a desenvolver um trabalho de inclusão na escola?

Motivada por essas questões citadas anteriormente, resolvi pesquisar a respeito do lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física. E com isso ajudar no debate de formação de professores aptos a desenvolver propostas pedagógicas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar.

2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

2.1. Educação Especial

Um grande desafio para o sistema educacional é incluir crianças, jovens e adultos com deficiência em salas de aula da educação básica. As crenças e os mitos sobre a capacidade dos alunos com deficiência ainda persiste no ambiente escolar. E isto às vezes gera exclusão destes alunos que, com muita dificuldade, conseguiram o acesso a escolarização.

O Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁶ mostra que, 14,5% da população brasileira, apresentam “algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos

⁶ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1

alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental”. Uma grande parte da população, ou seja, cerca de 24,6 milhões de pessoas, apresentam algum tipo de deficiência e precisam ser incluídas no sistema de ensino.

As PD possuem direito a educação, sendo o dever do estado garantir uma educação inclusiva a PD, em uma escola de ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- lei 9.394/96 ⁷) trata num capítulo específico sobre o tema da educação especial. Nesse capítulo afirmam que haverá apoio especializado para o atendimento da educação especial, assegurando os recursos necessários como professores, materiais didáticos e outros importantes para que haja a inclusão das PD na escola de ensino regular. A LDB - lei 9.394/96 ⁸ a partir do Decreto que regulamenta o parágrafo único do artigo 60 e acrescenta dispositivos ao Decreto 6.253, que diz o seguinte “Admitir-se-á, a partir de 1 de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular”. (Decreto n 6.571, de 17/09/2008). Por tanto, os alunos com deficiência poderão estudar em salas de aula da educação básica regular, de modo a garantir o acesso a educação para todos de forma igualitária.

Segundo a Seesp⁹ “Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008 apontam um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matrícula passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano passado. Estão em classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Embora haja um aumento no número de matrículas na rede de ensino, os estudantes com deficiência ainda sofrem discriminação, sendo muitas vezes privados de realizar algumas atividades, como participar de uma

7 <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>

8 <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>

9 Secretaria de educação especial (Seesp) http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&ativo=711&Itemid=709

aula de educação física. E isto pode levar ao abandono da escola, pois esta não corresponde às necessidades do aluno.

São muitos aspectos que devem ser considerados e avaliados para que a inclusão no ambiente escolar seja realidade, permitindo o acesso à educação de qualidade e igualitária as PD. Sendo necessário para o sucesso do processo de inclusão o envolvimento da sociedade, ou seja, pais, professores, alunos, universidades, política pública, incentivo as escolas através de materiais didáticos, obras estruturais, apoio pedagógico, na formação de professores para a diversidade, psicológicos e outros¹⁰.

A partir da necessidade de incluir alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, e sendo este um direito como foi escrito anteriormente, os professores precisam estar aptos a acolher e incluir estas pessoas. Assim um grande desafio sobre a formação de professores será a constituição de competências relacionadas à educação de pessoas que no cotidiano escolar apresentam necessidades diferentes como dificuldade de locomoção. A partir disto acredito ser de fundamental importância a análise dos cursos de formação de professores de licenciatura em educação física, capacitando-os para o exercício profissional e para que de fato a inclusão ocorra nas escolas.

2.2. Formação de Professores

Segundo pesquisa realizada por Ferreira (2009, p.40) “as escolas e professores não se sentem preparados para receber crianças com deficiência em suas classes regulares; assim, uma das práticas mais comuns nas escolas é a recusa da matrícula ou a tentativa de ver se a criança se adapta”. A violação do direito das crianças com deficiência fica evidenciada nesta citação, com a falta de preparação dos professores e a não integração deles nas classes de aula regular.

¹⁰ O Ministério da Educação promoverá um pregão eletrônico segundo o Seesp “para aquisição de equipamentos destinados à montagem de 4,3 mil salas de recursos multifuncionais. As instalações serão utilizadas para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Entre os aparelhos necessários para o atendimento especializado estão 4,3 mil microcomputadores completos e 5,6 mil portáteis (notebooks).” A intenção do governo é atender a nova política nacional de educação especial, ou seja, da educação inclusiva. Para que a inclusão de PD ocorra é necessário muito mais do que recursos, e preciso que o governo invista em formação profissional.

Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação¹¹ (Brasil, 2001) é preciso garantir no currículo de licenciatura a atuação em campos como o de educação especial. E desse modo buscar evitar que professores e escolas recusem a entrada de alunos com deficiência em classes regulares e que de fato o direito dessas pessoas prevaleça.

É fundamental que o papel da escola e dos professores de cuidar da aprendizagem dos alunos, considerando as especificidades de cada um como escritas pelo parecer do Conselho Nacional de Educação¹² sobre o dever do professor (2001, p.12), seja efetiva e possa incluir as PD nas aulas das classes regulares da educação básica.

As inovações que a LDBEN introduz nesse Artigo constituem indicativos legais importantes para os cursos de formação de professores:

a) posicionando o professor como aquele a quem incumbe zelar pela aprendizagem do aluno – inclusive daqueles com ritmos diferentes de aprendizagem –, tomando como referência, na definição de suas responsabilidades profissionais, o direito de aprender do aluno, o que reforça a responsabilidade do professor com o sucesso na aprendizagem do aluno;

Esta necessidade de inclusão dessas crianças em salas de aula, do ensino regular, deve ser acompanhada por uma reorganização da formação de professores, ou seja, deve haver uma reestruturação do currículo e suas estratégias de ensino e aprendizagem para a escola. Ferreira enfatiza a importância da preparação dos professores para atuarem numa escola inclusiva (2002, p.3)¹³:

A construção de escolas de qualidade e inclusivas para todo (a) deve, dessa forma, necessariamente envolver o desenvolvimento de políticas escolares de desenvolvimento profissional docente com vistas a prepará-lo (a)s pedagogicamente para trabalhar com a pluralidade sócio-cognitiva e experiencial dos estudantes por meio de enriquecer conteúdos curriculares que promovam a igualdade, a convivência pacífica, a aprendizagem mútua, a tolerância e a justiça social.

Então, para criar a oportunidade de aprendizagem igualitária em sala de aula é necessário avaliar a formação de professores, ou seja, a organização

11 BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 08 de maio de 2001.

12 BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 08 de maio de 2001.

13 www.grupo25.org.br/.../4Encontro-WindyZ-Ferreira-Educarnadiversidade-ensaiospedagogicos.doc

curricular dos cursos de licenciatura a fim de possibilitar a formação desses profissionais para a educação especial.

2.3. Educação Física e Pessoas com deficiência

Ao longo da história é possível perceber como as PD foram discriminadas e separadas das atividades realizadas pelos indivíduos ditos “normais”. A Educação Física durante um longo tempo excluiu (e ainda tem excluído) o aluno com deficiência de suas aulas como afirma Chicon (2008, p.18):

“Sendo a Escola de Educação Física do Exército o principal agente formador de professores de educação física na época, depreende-se que os professores formados com base nessa concepção colocavam-na em prática, nas aulas de Educação Física realizada no contexto escolar não aceitando alunos com NEEs e deixando à margem os alunos menos habilitados ou aptos. Práticas que, por sinal, se arrastam até os dias atuais”.

Este trecho mostra como os alunos com deficiência eram excluídos da educação física escolar. Houve uma padronização de movimento selecionando quem era considerado apto ou não para realizar as atividades físicas, logo o aluno com deficiência não participava das aulas de educação física escolar.

As dificuldades que a educação física apresenta em incluir o aluno com deficiência em suas aulas podem ser atribuídas a diversos fatores tanto históricos¹⁴ quanto de formação¹⁵ e outros. As pesquisas (LEUCAS, 2009; CHICON, 2008; GORGATTI; JÚNIOR, 2009) atribuem dentre outros ao despreparo na graduação, ou seja, ao currículo o fato de muitas vezes os professores de educação física excluírem alunos com deficiência. Isto em função destes profissionais, muitas vezes, não ter estudado este assunto na graduação. De acordo com Chicon (2008, p.28):

“As pesquisas indicam que o despreparo profissional e a desinformação são apontados, pela grande maioria dos profissionais da educação, como a causa do não atendimento educacional dos alunos com NEEs que freqüentam as classes regulares”.

14 Fatores históricos, pois como dito anteriormente, havia uma padronização de movimento ou performance e quem apresentava diferente do padrão seria considerado débil.

15 Fatores de formação, pois muitos professores (citados nas pesquisas dos autores que estão neste parágrafo) reclamam que durante a graduação não tiveram conteúdo suficiente que possibilitasse a inclusão de PD.

A pesquisa realizada pelos autores Gorgatti e Júnior (2009, p.133) com professores de educação física do sistema regular de ensino também confirma o despreparo profissional. “O pessimismo mais forte dos professores foi com relação ao fato de não se sentirem preparados para lidar com alunos que apresentem deficiências”. A partir dessas e outras pesquisas pode-se deduzir que talvez haja déficits nos currículos dos cursos de licenciatura em educação física em relação à educação para PD, dificultando a formação de profissionais aptos a incluir.

Segundo Ludorf (2009) é na formação, ou seja, na universidade que o interesse por determinados assuntos são gerados. Logo é fundamental que nos curso de licenciatura em educação física as questões que envolvam PD sejam abordadas.

Segundo o parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em educação física, Brasil (2004), o professor da educação básica licenciado em educação física deve ter como referência a legislação do Conselho Nacional de Educação. Então, este deverá ter competência para possibilitar a aprendizagem de alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, assim como os alunos com deficiência.

Com o crescimento do número de matrículas de PD nas classes regulares e a partir dos outros dados escritos anteriormente, pode-se perceber a importância de investigar a formação de futuros professores, do curso de licenciatura em educação física, com relação a uma orientação inclusiva em educação especial. Deve-se adequar o currículo dos cursos de licenciatura em educação física, de forma a capacitar os futuros professores no atendimento educacional a PD viabilizando o acesso a educação inclusiva.

Os Professores estariam preparados para receber alunos com deficiência?As universidades formam profissionais aptos a desenvolver um bom trabalho de inclusão na escola?

Ao Refletir sobre as questões acima, resolvi analisar o lugar da educação especial num currículo de um curso de licenciatura em educação física de uma instituição pública de ensino. Buscando através de ementas das disciplinas do curso, do Projeto Político Pedagógico (PPP), das entrevistas

realizadas a alguns professores do curso de licenciatura em educação física da instituição escolhida e outros, contribuir para a formação de professores.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1. O estudo de caso do tipo qualitativo

Para a obtenção das informações concernentes ao objeto deste estudo, foi escolhida a abordagem qualitativa, o estudo de caso e utilizados os seguintes instrumentos: Análise documental e entrevista semi-estruturada.

Com o propósito de contribuir para a formação de Professores de licenciatura em educação física, decidi escolher um enfoque predominantemente qualitativo, pois segundo Richardson¹⁶ (1999 apud MARCONI; LAKATOS, 2008) ela “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamento”. Por isso, decidi por este enfoque que permitirá uma profunda e detalhada análise dos dados coletados e dos textos lidos.

Segundo Ludke e André (1986) o interesse do estudo de caso está na particularidade, ou seja, na singularidade do caso escolhido, mesmo que este reflita algo comum a outros estudos. Eles visam à descoberta, o retrato da realidade de forma profunda e utilizam várias fontes de informações. Com o objetivo de realizar um trabalho que poderá refletir uma unidade dentro de um sistema maior, decidi escolher o estudo de caso. Acreditando que os dados encontrados por meio deste estudo possam apontar para a realidade das universidades em relação ao tema tratado. Mas é claro que ainda muitos estudos precisam ser elaborados para uma análise ainda mais consistente.

A Técnica de entrevista semi-estruturada, neste caso foi utilizada a fim de permitir um maior aprofundamento dos pontos das questões levantadas durante a realização da entrevista. Segundo Ludke e André (1986, p.34) “A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a

¹⁶ RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. Pesquisa social: Métodos e técnica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Por isso considero que a entrevista foi à melhor opção para o estudo deste caso.

A análise documental, embora pouco explorada na área de educação, segundo Ludke e André (1986), foi utilizada, pois esta pode contribuir para complementar informação dita pelos professores e também podem ser encontradas evidências que fundamentem afirmações feitas ao longo do estudo.

3.2. Os sujeitos da pesquisa

No primeiro momento decidi que participariam do estudo aproximadamente 3 Professores de cada eixo temático de uma Instituição pública de ensino , sendo todos Professores do curso de licenciatura em educação física , já que a pesquisa é relacionada à educação física escolar. Os professores da instituição foram escolhidos, pois são eles que corroboram para a formação e execução da proposta curricular existente na instituição. Os eixos temáticos são 5 de acordo com o PPP do curso de licenciatura em educação física desta instituição escolhida:

- 1° eixo: Conhecimento sobre a sociedade
- 2° eixo: Conhecimento sobre o ser humano
- 3° eixo: Conhecimento científico-tecnológico
- 4° eixo: Conhecimento da educação física
- 5° eixo: Conhecimento pedagógico

Porém o 3° eixo não participou do processo de pesquisa, já que é composto por disciplinas relacionadas a técnicas do trabalho científico.

Os sujeitos foram escolhidos seguindo os eixos temáticos que cada um deles se encontra e de maneira a obter 2 professores compondo o eixo que apresenta um menor número de disciplinas e 3 professores compondo o eixo de maior número.

No 1° eixo- Conhecimento sobre a sociedade- foram entrevistados dois professores. Já no 2° eixo- Conhecimento sobre o ser humano- e 4° eixo-

Conhecimento da educação física- foram entrevistados 1 professor de cada, pois não foi possível agendar a entrevista e devido ao tempo disponível para a realização da pesquisa não foi escolhido outros professores. No 5° eixo- Conhecimento pedagógico- foram entrevistados 2 professores.

Os sujeitos da pesquisa e o local de realização não foram identificados e todos os professores que participaram da pesquisa assinaram e receberam um documento de consentimento livre esclarecido.

3.3. O lugar da pesquisa

Em virtude das limitações de tempo e acesso a materiais como o PPP da instituição, e sujeitos a instituição pública de ensino foi escolhida como campo de pesquisa e também porque é referência em ensino superior no Brasil e fora dele. O curso de educação física da instituição de ensino está dividido em bacharelado e licenciatura, mas aqui tratarei apenas do curso de licenciatura, pois este atua no ambiente escolar, sendo, portanto um dos objetivos desta pesquisa.

3.4. Procedimentos

Para atingir os objetivos da pesquisa, elegi a técnica de coleta de dados como instrumento de pesquisa: análise documental e a entrevista.

A - Análise documental:

Essa pesquisa teve como propósito recolher informações prévias do campo de pesquisa. Verificando as informações a cerca do modo que a educação inclusiva é tratada no curso de licenciatura em educação física. Para isso busquei analisar algumas fontes de documentos, como: O projeto político pedagógico (PPP), as ementas das disciplinas, Planos de curso e currículo do curso de licenciatura em educação física. Esses documentos serviram para analisar a fala dos professores e o que de fato se encontra nos documentos da instituição, sobre as questões levantadas durante as entrevistas, por exemplo, Como o tema da educação especial é tratado nas aulas destes professores.

B-Entrevista:

Na entrevista realizada foi utilizado 8 professores da Instituição pública de ensino, que lecionam para o curso de licenciatura em educação física. A escolha dos professores foi aleatória de modo a garantir dados suficientes para a elaboração da monografia. A entrevista realizada foi a semi-estruturada e as perguntas foram feitas de maneira a obter material suficiente para atingir os objetivos da pesquisa.

4. ANÁLISE DE DADOS

As respostas dos professores as questões da entrevista foram categorizadas em 3 temas que serão abordados adiante. Nestes sub-capítulos discutiremos as questões relevantes ao estudo que foram freqüentes ou que de alguma forma permita uma maior problematização do tema aqui tratado.

4.1. A instituição pública e as aulas de educação especial

Alguns professores entrevistados relataram sobre como eles tratam nas disciplinas que lecionam o tema da educação especial.

O Professor 6 explica o porque não tem trabalhado este tema em suas aulas, mas acredita que ainda ira abordá-lo.

É... Bom você já viu não tem nenhuma disciplina que eu trabalhei... Eu não abordei. O motivo é eu não encontrar... Eu não vejo interesse por parte dos alunos. Eu já tô reformulando vou por, vou começar, vou por de vagarinho uma aula, uma unidade pra e vendo assim este feedback dos alunos o interesse deles, porque eu sempre acho assim procuro fazer algo que atenda os dois lados porque eu acho que precisa, mas também o interesse dos alunos. Porque, assim... Acho que não adianta nada eu querer forçar, falar pra baixo se os alunos não têm interesse algum. Então, é como qualquer coisa na vida. Se você quer fazer uma coisa a outra pessoa não tem interesse...**(P6- Entrevista:10/2010)**

Outro professor (P7) diz que já lecionou aulas que abordassem o conteúdo da educação especial, mas o tempo disponível para a disciplina não permite que este seja estudado.

“Especificamente nas disciplinas de esportes, por exemplo: corridas de ruas e ensino de natação nos não temos um tempo adequado pra gente tratar deste assunto. Na natação 1 e 2 nos tínhamos Ah... não

que agente fazia pratica com os portadores de necessidades especiais,mas nos líamos artigos ah...desde aqueles que apresentavam deficiência física quanto outros".(P7-Entrevista:10/2010)

Ao analisar o trecho da entrevista de P6 é possível perceber que ele, assim como P7 não trata em suas aulas a questão da educação especial e se justificam pelo desinteresse dos alunos e a pequena carga horária da disciplina.

Ao colocar como motivo, de não tratar sobre o tema da educação especial em suas aulas, o não interesse por parte dos alunos sobre o conteúdo da educação especial, P6 corrobora para a exclusão. Já que ele não se compromete a tratar o tema mesmo que a contragosto da turma, como ocorre certamente com outros conteúdos planejados por ele. A falta de tempo disponível para este conteúdo, como diz P7 também não pode servir de subterfúgio para a não agregação dele no plano de ensino do professor. Já que como dito anteriormente o professor deva cuidar da aprendizagem de todos os alunos sejam eles deficientes ou não. Nenhuma justificativa pode ser suficiente para que este tema não seja discutido nas aulas, talvez seja necessário que eles compreendam que incluir este tema nas aulas é fundamental. Pois, possivelmente no encontro pedagógico surgirão necessidades de intervir incluindo alunos com deficiência. E como fazê-lo se não houve no período da graduação o ensino para a atuação deste profissional? Mesmo conhecendo as possibilidades de uma especialização para atuar com PD, acredito que exista a necessidade de uma formação inicial, ou seja, na graduação de modo a sensibilizar o futuro professor que poderá exercer sua profissão incluindo PD, logo depois de formado e não depois da especialização.

O Professor 3 também diz não falar sobre educação especial em suas aulas,mas apresenta uma visão diferente sobre o assunto dos professores anteriormente entrevistados .

Eu não trato o tema da educação especial de forma especial, não. Na minha tradição de estudos especialmente quando eu penso as crianças, o tempo todo eu busco pensá-las na sua diversidade de forma de expressão, então, neste sentido o tempo inteiro provocando os aluno a estarem a tentos na diferença que cada um é...explicita.Agente constrói relações tendo estas crianças na suas diferenças,então por exemplo tanto dentro da disciplina ensino da educação física na educação infantil e quanto ensino de

jogos, brinquedos e brincadeiras é comum agente encontrar por exemplo crianças com síndrome de down, criança cadeirantes. Então isto se coloca como um desafio, então nesse meu caso é uma disciplina diferente de quando agente tinha, por exemplo, o XXXXX XXXXXXXX que tinha uma disciplina especifica para se pensar técnicas especificas de como incluir. No caso a forma de eu incluir na disciplina é reconhecendo a diferença e como a partir das relações encontrar soluções para aula de educação física, mesmo não tendo um conhecimento especifico prá esta singularidade destas crianças sejam elas cega, sejam elas surda, sejam elas cadeirantes, ou com síndrome de down e por aí vai. As múltiplas diferenças que aparece se é menino, se é menina, se é branco, se é negro. **(P3-Entrevista:10/2010)**

A fala de P3 assim como de outros professores aqui entrevistados, diz não tratar o “tema da educação especial de forma especial” e ainda no final de sua fala afirma não ter um conhecimento especifico sobre o assunto. Logo ele procura pensar a prática às crianças com deficiência como um desafio, pois não possui um conhecimento aprofundado sobre o assunto, e a partir disto buscar solucionar as questões que surgem durante as aulas. Este modo de pensar de P3 é importante não só para PD, mas em qualquer situação de aulas de educação física. Pois, os alunos apresentam dificuldades e tempo de aprendizagens diferentes. Mas este modo de pensar a prática não pode substituir a busca por um aprofundamento sobre as diversas deficiências, pois isto provavelmente contribuirá para um trabalho mais eficiente a essas pessoas.

As falas dos professores 5 e 8 sobre a inclusão demonstra que ambos tem a dificuldade de compreender o que é inclusão de PD.

Todos podem dançar é...ah...a delimitação. A situação de portadores de deficiência, qualquer uma delas, não é um limitador pra dançar, prá dança não! Eu posso dançar sentado no caso da pessoa do cadeirante, eu posso dançar deitado, né? Então, agente parte do principio que se eu tenho um corpo eu posso dançar. O mínimo movimento que eu tiver agente vai problematizar na perspectiva do como eu posso transformar em dança o que eu do conta de fazer. Isso é em qualquer uma das disciplinas agente leva o desafio. **(P5-Entrevista:10/2010)**

A educação especial você chama o que? Da inclusão? Dá inclusão eu trato especificamente na antropologia com uma aula especifica para discutir o que é inclusão, é...o que são pessoas ditas especiais, trabalho um pouco além dos deficientes com pessoas com obesidade é...com...diabéticos, alcoólatras, porque a educação física hoje está inserida no núcleo de apoio a saúde da família em especial deficientes, mas existem outras pessoas que possuem necessidades especiais. Um diabético por exemplo, Ele não pode ter o mesmo

tratamento de uma pessoa que não tenha diabetes porque durante a atividade física por exemplo ter uma baixa de glicose e esta baixa de glicose ele pode passar mal ele perder o sentido a consciência, ele tem que ter um tratamento especial. Então na antropologia eu trato nessa perspectiva vinculada a este olhar mais amplo do que é a inclusão a necessidade de se incluir que hoje nos trabalhamos com um ambiente tanto na escola quanto fora dela com pessoas diferentes tanto ao nível de deficiências ou não, nesse encaminhamento. **(P8-Entrevista:10/2010)**

P5 não fala claramente se trata ou não do tema da educação especial em suas aulas e diz partir do princípio que todos podem fazer. No seu plano de aula não há nenhuma referência sobre tema aqui tratado como um conteúdo programático. Já P8 afirma que trata essa questão, mas não exemplifica com algumas deficiências como cegueira, síndrome de down e outras. Cita também o núcleo de apoio da família que está relacionado ao campo de atuação do bacharel em educação física e não do licenciado que é a questão deste estudo. A dificuldade de P5 e P8 de falar sobre inclusão demonstra a necessidade de procurar formas para discutir este assunto de modo mais profundo na instituição de ensino. Por exemplo, através de grupos de pesquisa de modo a contribuir para que tanto professores quanto alunos possam compreender melhor sobre o que, como e por que incluir.

Os professores Também foram questionados sobre as dificuldades de tratar o tema da educação especial.

Ambos os professores, P3 e P2, relatam que a dificuldade de incluir que eles encontram está ligada a sua própria formação.

Uma dificuldade, por exemplo, no processo de formação da gente, é... Tudo o que agente aprende sobre os seres humanos é dentro de uma lógica da norma, da normalidade, não é comum o conhecimento ser tratado nesta diversidade. Essa dificuldade que eu tenho pra tratar nas minhas disciplinas tem haver com a forma tanto do ponto de vista do conhecimento, eu também não tenho este conhecimento como também do ponto de vista social, ainda é muito emergente a visibilidade destes sujeitos. Eu to querendo dizer que este conhecimento de como tratar a diferença ele tanto aparece pela dimensão acadêmica do conhecer academicamente as pessoas, mas ela tem haver também com a vida relacional, à medida que estas pessoas se relacionam na nossa vida. Então, por exemplo até hoje eu continuo tendo dificuldade de me relacionar com pessoas cegas, com pessoas cadeirante, porque socialmente isto é algo que hoje começa aparecer. Até então, eram pessoas que ficavam em suas casas, na minha história de vida, tanto de conhecimento quanto de praticas relacionais, então... Na verdade ao incluir nas minhas aulas porque no encontro concretamente com estas pessoas nos estamos buscando lidar com a nossa dificuldade e como que mesmo

tendo estas dificuldades encontrar soluções pra construção das relações, pra construção da pratica de educação física. Então é a minha dificuldade é que eu não lido com isto tendo um conhecimento prévio. Então, a forma que eu tenho cotidianamente para lidar com isto é encontrando soluções pra estas questões que aparecem. E esta também é o privilégio de trabalhar com disciplinas que tem este engajamento prático. **(P3-Entrevista: 10/2010)**

Eu nem diria dificuldade, eu diria que não tem esse objetivo, de tratar, de discutir este assunto. Talvez se eu tivesse essa intenção aí eu saberia onde está a minha deficiência. Se eu fosse tratar este tema... A dificuldade seria minha, na minha formação. Porque eu não tenho formação para tratar as deficiências, eu não estudei isto na minha graduação, no meu mestrado, doutorado. Nem nas minhas pesquisas eu trabalho... Pouco alguma disfunção, ou algum teste. Então, eu não sei responder as dificuldades, nunca me interessei pelo assunto e também o currículo da escola na fisiologia não tem isto. **(P2-Entrevista: 10/2010)**

Ao analisar o trecho da entrevista de P3 e P2 é possível perceber em suas falas que ambos não possuem conhecimento específico sobre a educação especial.

O Professor 3, assim como outros professores, diz que “Tudo o que agente aprende sobre os seres humanos é dentro de uma lógica da norma, da normalidade”, ou seja, muitas vezes durante a graduação o aluno aprende tudo sobre como lecionar para um aluno sem nenhuma dificuldade e quando na prática não é isso que acontece. Isto pode coopera para a exclusão, já que os professores, assim como P3 terão provavelmente dificuldades de criar possibilidades para a participação de alunos que fujam deste padrão considerado “ideal”.

Já, P2 diz não ter como objetivo em sua aula “tratar as deficiências”, e assim como P3 não tem conhecimento. Atitudes como a falta de interesse de falar sobre o assunto, só corroboram para a formação deficiente de professores que não saberão atuar ante a presença de PD. Para que os futuros professores de educação física possam compreender as questões que envolvem a inclusão de PD, como os vários tipos de deficiências e as maneiras de incluir esses alunos em uma aula, provavelmente, será necessário o maior comprometimento dos professores da graduação estas questões.

P2 fala que o currículo da escola, na disciplina que ele leciona não trata o tema da educação especial. Mas o PPP da Instituição Publica de Ensino tem como objetivo garantir a formação de licenciados em educação física para a atuação na escola básica, logo todo o conteúdo presente no currículo do

curso deve se adequar para atender as necessidades dos alunos com deficiência.

Outro Professor, P8, diz não ter dificuldades para tratar o tema da educação especial em sua aula, mas na prática apresenta dificuldades para incluir.

Nas minhas disciplinas eu não encontro dificuldade para tratar o tema não. Encontro dificuldade para lidar com as diferenças ou os deficientes que é o seu caso, é... Nas atividades então, por exemplo, no projeto XXXX nos já tivemos uma menina deficiente física e uma mental, então a dificuldade de incluí-la de fato no grupo. Porque inclusão não significa colocá-la lá dentro para fazer aula, porque isto é muito fácil, mas de fato incluir, a turma aceitar, esta pessoa ter condição de desenvolver as atividades propostas, de sentir bem, naquela atividade perante aquele grupo, mas a dificuldade maior é na prática na ação, no dia a dia, e não na aula, porque na aula teórica estou trabalhando os conceitos o que é inclusão como incluir o retorno que é mais dificultado. (P8-Entrevista:10/2010)

Está professora relata a dificuldade de muitos professores que quando na prática não conseguem incluir seus alunos. Seria importante que os professores conseguissem tornar o que é tratado nas aulas teóricas possível durante a prática, para que a exclusão não continue a perpetuar. Acredito que muitas pesquisas seriam necessárias para que isto acontecesse e também muita vivência prática buscando se aproximar dos sujeitos, conhecendo suas dificuldades e possibilidades, e a partir disto construir uma educação física inclusiva. No PPP da Instituição Pública de Ensino existem aproximadamente 405 horas de “Práticas como componente curricular” no total do tempo de curso disponível para a prática, sem contar as horas de estágio e outros. Segundo o PPP “As Práticas compreendem atividades acadêmicas que contemplem situações didático-pedagógicas em que os alunos coloquem em uso os conhecimentos que aprenderam”. Se os professores ensinam a teoria e os alunos de fato realizarem este tempo de prática utilizando de todo o conhecimento que aprenderam, provavelmente muitas das dificuldades citadas por está professora não existiria, ou talvez fossem resolvidas mais rapidamente.

4.2 Os Professores da instituição pública de ensino e a educação especial

Foi disponibilizado aos professores dados do Seesp online¹⁷ que apresentava resultados do Censo Escolar da Educação Básica. Esses dados mostravam que houve um aumento significativo no computo das matrículas da educação especial nas classes comuns da escola básica.

Diante destes dados duas perguntas foram feitas aos professores:

- Qual o papel da educação física na escola?
- De que forma a educação física pode atuar na inclusão dos alunos com deficiência?

O professor, P4, acredita que o papel da educação física é incluir a todos e isso só será possível quando ela for capaz de trabalhar com o movimento corporal de todos.

Então... O meu modo de pensar é o mesmo, assim... a educação física vai ajudar na inclusão destas crianças, estas crianças especiais quando ela dê conta de incluir todos! A mesma coisa para escola. A meninada está dentro da escola, mas eles estão excluídos dentro da escola, hoje! Na escola a educação física opera com um padrão de um aluno ideal. Então, eu acho que agente tá vivendo hoje com a população portadora de ...chamada aí de deficientes, uma coisa que o Bourdieu chama de "os excluídos do interior", né? Então eles estão lá dentro, mas estão... Eu acho que isto foi um avanço da política e isto eu não nego, só que lá dentro eles continuam sendo discriminados, né? Então assim é um longo processo de modificação de mentalidade dos educadores, dos próprios alunos, das famílias. Tem família que reclama em saber que o filho estuda com uma criança que tem algum tipo de ...sei lá? De que falta alguma coisa, de que sobra alguma coisa, tem gente que acredita que falta, tem gente que acredita que sobra, né? Então eu acho que a Educação física tem muito a contribuir desde que ela tenha a capacidade de trabalhar com o movimento corporal de todas as pessoas. Desde que ela seja capaz de trabalhar com todos os ritmos, desde que ela seja capaz de ensinar as crianças a ajudarem umas as outras. Enfim, acho que é um desafio que está colocado para a escola como um todo. **(P4-Entrevista: 10/2010)**

É possível perceber que P4 apresenta conhecimentos sobre as dificuldades de incluir PD, quando fala sobre o avanço da política, através da possibilidade do computo das matrículas das PD nas classes regulares, mas também reconhece as dificuldades quando diz que "... lá dentro eles continuam sendo discriminados, né?" O professor, como agente fundamental neste processo de inclusão, poderá contribuir para uma formação de professores sensíveis a isto, que busquem pensar a educação física não como um esporte

¹⁷ Secretaria de educação especial (Seesp)
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&ativo=711&Itemid=

adaptado, mas como uma prática prazerosa, crítica, que permita a participação de todas as pessoas, valorizando cada indivíduo. E não apenas reconhecer as dificuldades e nada fazer em relação a isto, mas buscar meios como o estudo de alternativas para incluí-los, colaborando para a mudança desta realidade.

É uma questão difícil. Primeiro eu acho o numero muito grande na nossa sociedade, eu não sei o que é considerado aí, se tem traumas, traumatismos nestas crianças. Agora acho que para um trabalho serio com estas crianças e adolescentes tem que ter formação. E não vejo que os nossos alunos que saem desta universidade, eles não tem formação especifica pra tratar destas crianças e adolescentes, não tem. Como que resolve isto?Incluindo alguma formação aqui, mas aí nos temos que pensar, pois não dá para incluir todas as formações aqui. Eu vou fazer um paralelo numa área que é bem conhecida. Tem médico que cuida de olho, tem medico que cuida de perna, que cuida disto, que cuida daquilo, coração, é...qual grau de profundidade de conhecimento.Eu acho que a escola até poderia ter isto no currículo,mas teria que escolher.Não tem como ter uma formação para tratar de deficientes visuais,ou auditivos,traumas com seqüelas das mais variadas,ou algum distúrbio psíquico,não é possível tratar tudo isto. Ter formação ou profundidade necessária de uma universidade teria que fazer algumas escolhas. Aí essas escolhas podem ser feitas em função, quer dizer isto é uma decisão política da escola. Enfim montar centros na escola para formar os alunos, e centro de pesquisa, não é só professor para entrar na sala de aula e ficar repassando conhecimento. Tem que ter produção de conhecimento, aí tem que escolher as áreas e abrir concurso, enfim...Se é que a escola ou universidade,enfim o curso de educação física acha importante fazer isto.Mas voltando a sua pergunta “como a educação física pode fazer isto?” Eu acho que tem que ter esta formação e...não vejo a possibilidade de um professor de educação física trabalhar sozinho nisto não.Porque ele teria que ter uma formação de tudo...patologia,doença,teria quase que fazer um curso de medicina,de psiquiatria,psicologia,então eu acho que isto deveria ser tratado em equipe ,eu acho que individualmente não dá para tratar.(P2-Entrevista:10/2010)

O Professor, P2, fala da necessidade de formar professores para atender os alunos em sua diversidade “... acho que para um trabalho sério com estas crianças e adolescentes tem que ter formação” e diz que os alunos “... não tem formação especifica pra tratar destas crianças e adolescentes...”, mas ao mesmo tempo reconhece as dificuldades de ter conhecimento amplo sobre todas as deficiências. Obter conhecimento sobre todas as deficiências é um grande desafio, mas ter um conhecimento básico e geral sobre as deficiências mais conhecidas como cegueira, síndrome de Down, epilepsia, deficiência visual e outras, é uma possibilidade mais simples e menos desafiadora de iniciar o processo de inclusão, aceitando e valorizando as diferenças,

aprendendo a conviver com cada PD dentro de sua individualidade. Cidade e Freitas¹⁸ (1997, apud Cidade¹⁹) também acreditam que

“É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (Cidade e Freitas, 1997).

Portanto, um conhecimento básico sobre as deficiências pode possibilitar um trabalho mais eficiente e inclusivo.

A possibilidade do trabalho em equipe também é importante para o professor de educação física, pois o orientará a respeito dos tipos de deficiência que não foram estudados durante a graduação. Leucas (2009) cita em sua dissertação a atuação de uma terapeuta ocupacional que acompanhava um aluno na escola e pode auxiliar o professor de educação física também através de informações a respeito das possibilidades e limitações deste aluno. Provavelmente, assim o trabalho do professor será facilitado e o aluno incluído mais rapidamente.

O professor também diz que os alunos da instituição pública de ensino não têm formação para atuar com PD e seria necessária a produção de conhecimento. O PPP da instituição pública de ensino tem como objetivo para a formação de Professores de educação física:

“...formar pesquisadores e formuladores de projetos para os diversos campos de investigação relacionados ao ensino de Educação Física, estimulando a produção, sistematização e circulação de conhecimento.”

Existe, pois, a possibilidade da produção de pesquisas que contemplem os conhecimentos sobre as diversas áreas da educação física, incluindo a educação especial. Se não há produção de conhecimento como diz este professor se faz necessária a investigação do por que isto acontece de modo a oportunizar o desenvolvimento de conhecimento a respeito das PD.

¹⁸ CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência. Uberlândia, 1997.

¹⁹ <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>

O Professor, P8, vê através da adaptação de conteúdos a possibilidade de incluir PD, mas coloca os problemas estruturais da escola como um obstáculo para o processo de inclusão.

Possibilitar a participação nas atividades, então adaptando a prática esportiva, os jogos, as brincadeiras, dependendo do conteúdo trabalhado para que ele possa participar, dando esta oportunidade. Então vai depender do conteúdo. Então por exemplo uma pessoa que não tenha... Digo um cadeirante, ele pode jogar um esporte coletivo com os outros. Se ele tiver acessibilidade, porque as escolas não permitem acessibilidade não tem acessibilidade, então numa aula de educação física que vai acontecer no subsolo da escola que tem uma escadaria para descer não tem como ele ser incluído, ele vai ter que ficar lá em cima, porque ele não vai ser carregado. **(P8-Entrevista: 10/2010)**

Com a inclusão das PD nas classes comuns do ensino regular o Ministério da Educação vai buscar a maior acessibilidade para essas pessoas e isto por meio de objetos eletrônicos, salas adaptadas e outros como ditos anteriormente. As instalações serão utilizadas para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.” Logo, problemas como o citado por P8 também devem ser solucionados. Segundo seesp online²⁰:

“Um dos pilares da nova política é a idéia de que o atendimento especializado não substitui o ensino regular. Ou seja, os alunos com deficiência devem receber atenção específica para minimizar suas dificuldades e, ao mesmo tempo, cursar o ensino regular. As salas serão montadas justamente para viabilizar o atendimento especializado, que deve ser proporcionado, de acordo com especialistas, no turno oposto ao das aulas regulares.”

O atendimento especializado em período oposto da aula do ensino regular e salas montadas para melhorar o atendimento as PD, poderá auxiliar o trabalho do Professor de educação física permitindo a maior participação destes alunos com deficiência nas aulas do período do ensino regular, já que estes terão a possibilidade de freqüentar dois períodos de aula.

Outra pergunta foi feita aos professores entrevistados:

- o que um professor de educação física precisa saber para ensinar em meio a presença de alunos com deficiência no interior da escola básica?

²⁰ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11222

Para P4 um professor precisa buscar conhecer a deficiência de seus alunos, sendo que é no encontro pedagógico que o professor aprende a lidar com a diferença e organizar um trabalho que possibilite a participação desses alunos. Também fala que uma disciplina de 45 horas não consegue tratar sobre todas as diversas deficiências.

Então... Eu acho que os conhecimentos que ele vai adquirir sobre o corpo, sobre o movimento corporal, sobre a psicologia dos sujeitos e etc,etc...são os conhecimentos básicos.Nunca um professor de educação física ele vai tá apto a trabalhar com todas as singularidades,então agente embarca muito nesse discurso que tem que tê a disciplina educação física adaptada,educação física para portadores de necessidades,talvez até tenha,não sei?Nunca parei para pensar se tem ou não que ter. Mas uma coisa eu sei, numa disciplina de 45 horas você vai, o professor que vai dar esta disciplina, ele vai eleger algumas das singularidades que podem aparecer, ele não vai eleger todas...

...Eu acho que agente tem que insistir né?Agente vai aprender a lidar com estas pessoas diferentes quando agente se encontrar com elas. Porque ela pode ser uma pessoa diferente e ser maravilhoso, como ela pode ser uma pessoa dita normal e no encontro pedagógico ser... Uma catástrofe! Então eu acho que é no encontro que agente vai aprender a lidar com as pessoas. **(P4-Entrevista: 10/2010)**

A busca por conhecer as limitações e a partir disto valorizar cada individuo é fundamental no processo de inclusão como disse este professor, mas também a produção de conhecimentos sobre esta área é importante, através de grupos de estudos, mestrado, doutorado e outros.

Uma disciplina de apenas 45 horas pode ser muito pouco para tratar todo o conteúdo, mas o comprometimento de todos os professores em organizar os conhecimentos a respeito da educação especial, revendo o currículo da instituição, estabelecendo normas, metas e outros. E através disto contribuir para a inclusão de alunos com deficiência.

4.3 O currículo da instituição pública e a formação para a educação especial.

Foi perguntado aos professores participantes da entrevista:

-Se os alunos formados no currículo de licenciatura do Instituto Público de Ensino estão preparados para atuar com alunos com deficiência no interior da escola básica?

Ambos os professores, P3, P2 e outros entrevistados, acreditam que os alunos da instituição pesquisada não estão preparados para atuar com alunos com deficiência.

Eu não sei te responder esta pergunta, ta?Eu posso te dizer que do ponto de vista acadêmico tem disciplinas que provoquem essa experiência com eles. Não quero de forma alguma desconsiderar a experiência que a Professora XXXXXXXX hoje oferece, nós não temos mais o professor XXXXXXXX. Eu não vou dizer que não se tenha algum conhecimento, tem se provocado experiências praticas. Então por um lado tem conhecimento e tem alguma experiência prática, mas por um lado eu acho que o nosso curso tem um vicio de normatizar as pessoas que é danoso para o profissional que se forma. Ele sai daqui com muitas dificuldades de compartilhar experiências com este outro. Sendo este outro diferente de suas expectativas das formalidades que o curso faz!Que embora Tenha conhecimento tem alguns momentos de experiência durante o curso que eu vejo, por exemplo, quando estes alunos encontram comigo,em momentos de estágio, em momentos de aplicação prática a dificuldade é muito grande de ter elementos pra intervir, por um modelo de pensar que uniformiza, normatiza as pessoas que ficam completamente assustadas quando anormalidade é defrontada. Se for um trabalho especializado, ele sabe que vai encontrar isto, então ele até consegue resolver algumas questões, se for ao contexto desta disciplina. Na verdade é que é muito pouco o tempo destinado para isto. Por um lado eu reconheceria a necessidade de mais tempo no currículo desta experiência, de conhecimento e de pratica com estas pessoas com deficiência. Mas ao lado disso eu vejo uma padronização do corpo, do movimento que dificulta mais ainda. Respondendo a sua pergunta... Apesar da nossa XXXXX, eu acho que os alunos não estão preparados para isto! **(P3-Entrevista: 10/2010)**

Não. Na grade curricular não tem disciplinas curriculares para isto, não vejo aqui na escola nenhum grupo de pesquisa, em que tenha produção de conhecimento. Não conheço nenhuma produção a respeito disto, ou pessoas com esta formação. Ou tem pessoas que tem esta formação, mas não produzem conhecimento a respeito disto. Então isto não é uma coisa de universidade. **(P2-Entrevista: 10/2010)**

O Professor, P3, cita a dificuldade dos alunos de intervir com alunos que fogem do padrão de normalidade e apesar de existir disciplinas que de alguma forma trate o tema da educação especial, ainda assim não é suficiente para aprendizagem, pois o tempo é pouco, e existe a idéia da padronização do corpo. P2 fala que não existe produção de conhecimento na instituição a respeito da educação especial. As questões levantadas por ambos os professores indicam que o tema da educação especial tem sido pouco debatido nesta instituição, e que isto pode favorecer a má formação de professores, que

poderão apresentar dificuldades de atuar ante a presença de alunos com deficiência.

Segundo PPP do Instituto público de Ensino:

“A formação de Professores de Educação Física proposta no âmbito da XXXXX quer garantir competências para a sua atuação pedagógica, isto é, para a realização de ensino de Educação Física relevante para a formação humana de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso atende o disposto no art. 5º das Diretrizes Curriculares do CNE para a formação de professores estabelece: “O projeto pedagógico de cada curso, levará em conta que (...) a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica” (inciso I). Depreende-se daí, claramente, que a formação em educação física no XXXXX deve organizar-se em torno do conhecimento que será tratado e transmitido por ela, nas escolas de educação básica.”

Apesar da instituição pesquisada, em seu PPP, dizer que busca garantir competências para um ensino de Educação Física relevante para a formação dos indivíduos na escola básica, alguns professores dizem que os futuros professores não estão preparados para atuar com PD na escola básica. Talvez seja necessária a revisão do currículo da escola, buscando se adequar as políticas de inclusão a PD, favorecendo o aluno e possibilitando um trabalho mais eficiente do professor de educação física escolar.

Segundo o professor, P1, o aluno só vai estar preparado para atuar com PD praticando. Apesar de ser um defensor do curso da instituição, ele diz que o currículo não prepara completamente, sendo preciso integrar todo o conhecimento aprendido durante o curso e aplicar nas disciplinas práticas o que para ele é muito difícil.

Eu não entendo o curso de formação profissional como uma preparação completa. A pessoa só vai estar preparada mesmo praticando. E... E currículo também... Eu obviamente que eu sou um defensor, um entusiasta do curso da XXXX é o meu time e o meu time tem que ser campeão sempre. Não sei se teriam outros cursos nos pais que formariam melhor um professor de educação física ..., O que eu quero dizer com isso é que o aluno do nosso curso de licenciatura vai sair daqui bem preparado. Eu enquanto professor, enquanto pessoa, enquanto profissional eu acho que o curso aqui tem que melhorar, e o curso de licenciatura tem espaço para melhorar. Eu acho que pode melhorar nesse sentido na formação do professor...

Você sai bem preparado considerando as limitações de que o currículo não é suficiente, o curso universitário não é suficiente para deixar o profissional ótimo ele precisa trabalhar para se tornar ótimo. Mas se for comparar com outros cursos poderia melhorar, acho que tem muito que avançar. E esse avanço seria justamente tendo uma...

É...não é problema da área de especial é problema da ...é um problema epistemológico...que é um problema ligado as áreas de conhecimento serem fragmentadas.Os alunos tem conhecimento aqui e ali como que ele sintetiza tudo isto?

Deve resgatar o que viu isoladamente nas outras disciplinas, com uma condição de aplicação do tema que falaria das deficiências seria mais uma das!Então neste momento ele tem que fazer este resgate e isso ainda não é bem feito e a culpa não é do currículo, não é das áreas. A culpa é de como o conhecimento se estruturou a desde Descartes. Isso é muito difícil que é integrar conhecimento, sintetizar este conhecimento, né? O que eu faço com o que eu aprendi lá em anatomia agora, de uma forma bitolada em cima do cadáver. Como que eu uso aquelas informações no ensino? A mesma coisa é a disciplina deficiência, eu nem sei como a disciplina é, eu, por exemplo, dividi a disciplina em diferentes deficiências as físicas, perceptivas, mentais e vamos estudar cada uma destas deficiências. Então não é um problema do currículo só, mas de como o conhecimento é dividido e fragmentado. Então não há solução para esta questão é uma limitação epistemológica, e por isto qualquer currículo não só o nosso é frágil. **(P1-Entrevista: 10/2010)**

Para ele o problema não estaria somente no currículo, mas na forma do conhecimento ser fragmentado. O que fazer para que isto não se torne um empecilho ou uma desculpa para a não inclusão no ambiente escolar?

Talvez seja preciso reavaliar o currículo da instituição e dos professores, como dito anteriormente, e buscar soluções para que os alunos formados por esta e outras instituições estejam preparados para atuar com PD, unindo a teoria e a prática. Ajustando o currículo da escola aos dos professores e vice-versa.

Segundo o professor, P8, o currículo da instituição pública de ensino apresenta apenas uma disciplina sobre a educação especial, permitindo que de acordo com o interesse do aluno ele procure fazer outras disciplinas que contemplem o assunto.

Veja bem Renata, agente tem uma disciplina obrigatória uh... A idéia do currículo, do nosso currículo é que ele seja mais flexibilizado e que o aluno procure os caminhos que ele pretende percorrer. Então as nossas disciplinas obrigatórias são poucas e com carga horária menor. O aluno tem que buscar. Então uma disciplina de é... No terceiro período de... Acho que no terceiro período de educação física prá deficiente depois temos várias outras optativas. Então uma única disciplina ele não vai ter preparação não, ele vai ter um conhecimento amplo generalizado. As outras disciplinas vão afunilando e contribuindo para que ele enriqueça mais este conhecimento dele. **(P8-Entrevista: 10/2010)**

Existe a necessidade do aluno de licenciatura em educação física obter mais conhecimento sobre a educação especial, pois, segundo o

Decreto²¹ n 6.571, de 17/09/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, o licenciado terá que atuar com alunos com deficiência nas classes comuns da educação básica. A partir disto, talvez haja a necessidade de incluir mais disciplinas obrigatórias ou sensibilizar os alunos para que percebam a necessidade de optar por fazer outras disciplinas sobre o tema.

Os professores entrevistados relataram sobre o que deveria ser feito no currículo do curso de licenciatura em educação física para formar alunos mais preparados para atuarem ante a presença de alunos com deficiência no interior da escola básica.

Os Professores P6 e P7 dizem que para formar professores mais preparados para atuar com PD na escola é preciso haver uma mudança no currículo da instituição, através da criação de novas disciplinas, do aumento da carga horária, buscando discutir o tema da educação especial em várias disciplinas e Produzindo conhecimento.

...criar disciplinas, abrir concurso, contratar professores que possam montar grupos de pesquisas aqui dentro da escola e conseqüentemente produzir conhecimento a respeito de algumas deficiências, escolher, né? Não dá para fazer tudo.

Eu acho a única forma que a universidade tem de contribuir é gerando conhecimento e passando este conhecimento para os alunos. E aí a melhor forma de passar isto pode ser em disciplinas optativas, obrigatórias... Eu gosto muito de disciplinas optativas, é... Formação das pessoas nos Tccs, nas iniciações científica, e pode ser até mestrado, doutorado em área que cuide disto. Eu acho que se for tomada a decisão, aí tem que da graduação ao doutorado, gerar conhecimento para que isto possa ser levado para a população como um todo. Não vejo só sala de aula, sala de aula não resolve o problema, isto seria para um segundo grau, alguma coisa assim. O papel da universidade é eu acho que é produzir conhecimento para resolver estas questões ou pelo menos compreender estas questões. Não adianta eu pegar um livro sobre alguma deficiência e ler para sala de aula e fazer isto, não é suficiente para a universidade, tem é que produzir conhecimento a respeito disto e formar pessoas interessadas nisto. **(P6-Entrevista: 10/2010)**

P7 diz:

Ah... Inicialmente contratação de novos professores e em segundo lugar o aumento da carga horária e em terceiro lugar que o tema seja discutido em várias disciplinas e não somente com disciplina de portadores de necessidades especiais ou grupos especiais, nas outras disciplinas também. **(P7- Entrevista: 10/2010)**

21 BRASIL. Decreto 6.571 de 17 de novembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 17 set.2008.p.3.

As mudanças mencionadas por estes professores provavelmente contribuiriam muito na formação de professores sensíveis ao processo de inclusão de PD. O investimento em pesquisas, formação e contratação de novos professores que estudam sobre o assunto incentivaria os alunos da graduação a escrever, vivenciar e estudar o tema da educação especial. E a partir disto tornar a inclusão na escola regular possível.

Segundo o professor, P3, deveria haver disciplinas que possibilitassem a convivência e a intervenção. Já P1 propõe que a disciplina que trata o tema da educação especial deva ser colocada no primeiro ou segundo período do curso, e uma terceira disciplina seria criada para sintetizar todo o conhecimento. O professor, P4, acredita que um grande avanço no currículo da escola seria desconstruir os padrões ideais de corpo, e que só a partir disto a educação física será capaz de atender a todos.

Então estes dois elementos. Tanto do ponto de vista do e pensado como percurso de formação que agente chama de currículo eu acho que deveria ter um tempo formação seja ele na forma de disciplina, seja ele na forma de estágio e sobre tudo tempo de experiência prática, ou seja, disciplinas que não fosse só no campo teórico, mas disciplinas que sobre tudo possibilitasse a convivência, a intervenção, e o aprender com estas pessoas. A ampliação do currículo é fundamental, mas um currículo que também apresente essa perspectiva da intervenção prática. **(P3-Entrevista: 10/2010)**

Talvez eu trouxesse a disciplina deficiência, nem sei onde ela ta, que falasse das deficiências no primeiro e segundo período de forma que todos os conhecimentos que o aluno passasse ele sempre ficasse com aquela pulga atrás da orelha com aquela disciplina que ele já viu. Ele se permitisse discutir e explorar temáticas que nestas disciplinas elas necessariamente não foram exploradas ainda. Então de uma forma geral acho que seria uma possibilidade e talvez fazendo um resgate de uma disciplina de síntese, o ensino de educação física para turmas mistas, que se pudesse ao final do curso... Vocês viram deficiência lá e no final de tudo isto vocês tem uma situação problema A situação problema é você tem três alunos com deficiência um com deficiência auditiva e outro com síndrome de down leve e um com deficiência visual monte uma aula, um plano de curso. Como se fosse um mine estágio, uma disciplina de intervenção, de procedimentos com situações problemas. **(P1-Entrevista: 10/2010)**

Eu acho que agente teria um grande avanço se agente conseguisse desconstruir nas disciplinas os padrões ideais de corpo, de rendimento, e... De participação, na hora que agente conseguir desconstruir estes padrões ideais, no sentido de tê-los como referencia a onde todo mundo teria que chegar. Se agente conseguir desconstruir isto a educação física, vai ser mais plural. Porque ela vai ter que atender uma diversidade. Então, ela sendo uma

educação física mais plural, ela vai ser mais acolhedora aquelas pessoas que de fato são marcadas no seu corpo por alguma falta ou por algum excesso. Enquanto isto não acontecer, ela for sempre for o stander, não adianta ter educação física adaptada um, dois ou três! A minha hipótese é que no curso de educação física orientado pelo fenômeno esportivo, o que é chamado de educação física adaptada é na verdade o esporte adaptado, que é o esporte para-olímpico. O que está sendo discutido nestas disciplinas é o modelo hegemônico do rendimento, adaptado as pessoas deficientes, não mais que isto. Ele é seletivo, é seletivo do mesmo jeito, ele não é inclusivo. Ele é uma falsa inclusão! **(P4- Entrevista: 10/2010)**

Ao levantar propostas para a melhoria do currículo da instituição, esses professores reconhecem a necessidade de mudança do currículo para que de fato a inclusão ocorra. Mas, além disto, será também preciso que não seja apenas propostas e sim o começo de mudanças para um currículo que entende a educação especial como um tema essencial para se discutir e produzir conhecimento na graduação e outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, pude verificar como a educação especial está inserida no currículo de licenciatura em educação física da instituição pesquisada.

Para tal, recorri aos documentos da Instituição Pública de Ensino como o PPP, ementas das disciplinas, planos de curso e outros.

Em geral os professores desta instituição reconhecem a necessidade de tratar através das disciplinas do curso de licenciatura em educação física a educação especial. Apesar de reconhecerem isto, muitas vezes o tema não é abordado, e segundo eles devido a vários fatores como a falta de interesse dos alunos ou professores, a dificuldade de compreensão do que é e como incluir, falta de formação, ou seja, muitos professores da instituição não estudaram sobre o conteúdo da educação especial e outros.

Os professores da Instituição Pública de Ensino acreditam que o papel da educação física na escola é incluir, mas quando perguntados sobre a forma de incluir a maioria não soube dizer. Eles levantaram alguns problemas como a falta de estrutura da escola e reclamaram da carga horária disponível na universidade para a inclusão do conteúdo da educação especial nas disciplinas.

A maioria dos professores entrevistados afirma que os alunos formados por esta instituição de ensino não estão preparados para atuar ante a presença de PD na escola regular. Segundo eles devido à existência de uma única disciplina obrigatória no currículo, por haver uma fragmentação do conhecimento e a idéia de uma padronização do corpo como se todas as pessoas tivessem o mesmo ritmo de aprendizagem e rendimento. Para esses professores seria necessária uma mudança curricular para que os alunos da instituição tenham uma formação que os capacite a atuarem na presença de PD na escola. E isto seria possível através da criação de novas disciplinas, de uma maior carga horária disponível nas disciplinas existentes, da possibilidade de intervir em situações onde haja a presença de PD, e da produção de conhecimento desde a graduação ao doutorado.

A partir deste estudo pude perceber que ainda existem muitas barreiras a serem superadas no âmbito da inclusão de PD na escola. Por exemplo, na formação de professores de licenciatura em educação física, pois além das pesquisas apontarem para um despreparo dos profissionais, o Instituto Público de Ensino demonstrou não estar preparado para discutir as questões relacionadas à educação especial nas diversas disciplinas. Pois, nas falas dos professores da instituição ficou claro que havia um desconhecimento e conhecimento ao mesmo tempo sobre a educação especial. O conhecimento eu quero dizer a respeito da necessidade de incluir as PD e o desconhecimento sobre como fazer isto. A falta de produção de informação sobre este assunto na instituição pode corroborar para a dificuldade que estes professores aparentam ter no que se refere à inclusão de PD. Assim sendo, é preciso muito mais do que a promulgação de uma lei de acesso a PD no ensino regular para que de fato a inclusão ocorra. É fundamental neste processo o empenho e a contratação de professores para as universidades, dentre outros, que assim como o Instituto Público de Ensino necessitam de formar professores aptos ao trabalho docente com PD na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 6.571 de 17 de novembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, 17 set.2008.p.3.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. CNE/CP 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, 08 de maio de 2001.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer n. CNE/CES 0058/2004. Resolução n.7, de 31 de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena**. Brasília, 31 de março de 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional “e dá outras providências”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> .Acesso em 19 jun.2010

CHICON. J.F.Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar.**Revista Movimento**,Porto Alegre,v.14,n.01,p.13-38,janeiro/abril de 2008.

CIDADE, Ruth Eugênia. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/inclusao.pdf>. Acesso em 10. Ago.10

FERREIRA. B.W. **Ensaio pedagógico**: Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2006. Disponível em: www.grupo25.org.br/.../4Encontro-WindyZ-Ferreira-Educarnadiversidade-ensaiospedagogicos.doc . Acesso em 21 jun.10.

FERREIRA. B.W.Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola.**Tornar a educação inclusiva**.Brasília:UNESCO,p.25-53,2009.

GORGATTI, G.M; JÚNIOR, R.D.Percepção de professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física **Revista Movimento**,Porto Alegre,v.15,n.02,p.119-140,abril/junho de 2009.

IBGE. **Censo demográfico, 2000**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1. Acesso em 18 jun.2010.

LUDORF, S.M.A. **Metodologia da Pesquisa**: do projeto á monografia. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

LUDORF, S.M.A. Corpo e formação de professores de educação física. **Revista interface-comunicação saúde educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 28, p. 99-110, janeiro/Março de 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LEUCAS. C.B. **A inclusão de um aluno com deficiência nas aulas de educação física em uma escola particular de Belo Horizonte**: um olhar sobre a prática pedagógica de um professor. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

Secretaria de educação especial. **Política de educação inclusiva**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345&ativo=711&Itemid=709. Acesso em: 20 Abr. 10.

Secretaria de educação especial. **Educação especial terá investimento**. Disponível em: HTTP://portal.mec.gov.br//index.php?=com_content&task=view&id=11222. Acesso em: 31 Set. 10.

APÊNDICES

Apêndice I

Roteiro de entrevista

Dados pessoais:

a) Idade:

b) Sexo:

masculino

feminino

1) Em qual ano você se formou em educação física?

2) Qual a sua formação acadêmica?

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

3) A quanto tempo você é Professor desta instituição de ensino?

4) Quais as disciplinas você já lecionou e atualmente leciona na Universidade?

5) Como você trata nas disciplinas que você leciona o tema da educação especial?

a) Se não trata, por qual motivo?

6) Quais são as maiores dificuldades que você encontra para tratar do tema das Pessoas com deficiência (PD)?

7) Informações para o entrevistado ter conhecimento (ler em voz alta ou pedir o que entrevistado leia)

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Educação Especial do MEC (SEEP) “os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008 apontam um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matrícula passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano passado. Estão em

classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”

A) Diante desses dados, qual seria, em sua opinião, o papel da educação física escolar? De que forma você entende que a educação física escolar pode atuar na inclusão dos alunos com deficiência?

8) Na sua opinião, o que um professor de educação física escolar precisa saber para ensinar em meio a presença de alunos com deficiência no interior da escola básica?

9) Você entende que os alunos formados no currículo de licenciatura desta instituição estão preparados para atuar com alunos com deficiência? Por quê?

10) Na sua opinião, o que deveria ser feito no currículo de licenciatura em educação física para formar professores mais preparados para atuarem ante a presença de alunos com deficiência no interior da escola básica?

Apêndice II

Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG
Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional-EEFFTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa – O lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador (a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: O lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Renata Flávia Silva Nogueira

ORIENTADOR: José Ângelo Gariglio

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

OBJETIVO GERAL:

- Analisar o lugar da educação especial no currículo de um curso de licenciatura em educação física de uma instituição pública de ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

-Analisar as ementas das disciplinas, planos e currículo do curso de licenciatura em educação física.

-Analisar o Projeto Político Pedagógico e o lugar da educação especial nesse projeto.

-Interpretar a entrevista feita aos professores de um curso de licenciatura em educação física.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:

Caso você concordar em participar da pesquisa, poderá responder a uma entrevista (gravada) sobre educação física e inclusão de pessoas com deficiência.

Poderão participar deste estudo aproximadamente 3 Professores de cada eixo da xxxxx xxxxxxxxxxxxxx, sendo todos Professores do curso de licenciatura em educação física, já que a pesquisa é relacionada à educação física escolar. Para atingir os objetivos da pesquisa, foi eleito como instrumento de coleta de dados: análise documental e entrevista.

A - Análise documental:

Essa pesquisa terá como propósito recolher informações prévias do campo de pesquisa. Verificando as informações a cerca do modo que a educação inclusiva é tratada no curso de licenciatura em educação física. Para isso será preciso analisar algumas fontes de documentos, como: O projeto político pedagógico, as ementas das disciplinas, Planos de curso e currículo do curso de licenciatura em educação física.

B-Entrevista:

Poderão ser feitas algumas perguntas sobre educação física e inclusão de pessoas com deficiência. Esta entrevista será realizada á professores da xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que lecionam para o curso de licenciatura em educação física. A escolha dos professores será aleatória, sendo aproximadamente 3 de cada eixos como descrito anteriormente.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Você não arcará com nenhum gasto decorrente da sua participação e também não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à sua participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Asseguro sigilo e privacidade dos sujeitos em relação à entrevista e quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, informando que somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do pesquisador responsável: